
ARTIGO

*Reconstruindo o futuro: o movimento sindical metalúrgico e os antecedentes da transição democrática (1974/1978)¹*Francisco Carlos Palomanes Martinho²**Introdução³**

A partir do ano de 1974, o regime militar instaurado dez anos antes viveu momentos de redefinições no plano político. Tomando esta data como referência, percebe-se o desencadear de um processo através do qual a transição para a democracia começava a dar seus primeiros passos. A iniciativa no sentido de uma ainda que lenta e controlada abertura veio do próprio governo, com a chamada política de distensão gradual e segura preconizada pela gestão do General Ernesto Geisel à frente da Presidência da República e arquitetada pelo seu chefe de Gabinete Civil, o General Golberi do Couto e Silva. (Mendonça & Fontes, 1990).

Para o movimento sindical, a realidade não foi diferente. Iniciava-se um momento de reestruturação política e organizacional. Neste período, as articulações inter-sindicais, ainda que algumas delas constrangidas pelo seu caráter clandestino começavam a se dar de maneira mais efetiva. Exemplo deste novo momento foi o Encontro Nacional da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria). Neste evento, reivindicações no sentido de uma maior autonomia e liberdade por parte do movimento sindical, começavam a se fazer presentes (Vianna, 1978 a). O sindicalismo queria se fazer presente na transição.

¹ Para os meus amigos da CUH - Central Única dos Historiadores: Fernando Teixeira da Silva, Antônio Luigi Negro e Paulo Fontes.

² Professor Assistente da UERJ e da UCAM. Doutorando em História Social pela UFRJ.

³ Este trabalho é uma versão parcialmente modificada do terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado: *À sombra das tradições: o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro na Transição Democrática (1974/1985) - um estudo sobre o estatismo sindical*. Capítulo 3: “As articulações noturnas (1974/1978)”. UFF/ICHF, Departamento de História, 1994.

O movimento sindical em fase de rearticulação

As rearticulações do sindicalismo se deram marcadas pela combinação das continuidades e descontinuidades. O movimento militar, embora nascido da oposição ao chamado “populismo”⁴, manteve diversas das estruturas políticas do período anterior. Em particular, a estrutura corporativa construída a partir dos anos ‘30. Portanto, se houve repressão e cassação do mandato de diversos dirigentes sindicais no pós-64,, isto não significa que o modelo organizacional do sindicalismo brasileiro tivesse mudado. Pelo contrário, o que se verifica é uma continuidade evidenciada na permanência da organização vertical corporativa. Portanto, quando este texto se utilizar de termos como “reorganização do movimento sindical” ou algo semelhante, estamos nos reportando somente à busca de uma ação mais livre, menos repressiva e não a uma mudança radical de modelo organizativo.

Talvez a principal mudança, no que diz respeito à classe trabalhadora esteja na forma de organização do capitalismo brasileiro e nas transformações daí advindas. O processo de mudanças no parque industrial e no setor financeiro, fruto de um projeto modernizante sob a marca da conservação, interferirá no comportamento e na conduta dos trabalhadores vinculados formalmente ao mundo do trabalho. A economia brasileira sofreu um rápido processo de transformação, fruto de um novo modelo acumulativo inaugurado no pós-64. O pilar básico deste modelo foi uma espécie de “convênio” entre o Estado, a burguesia nacional e o capital estrangeiro. Entre os anos de 1968 e 1974, verificou-se, por dentro deste modelo, um grande afluxo de capitais advindos do mercado financeiro internacional e o favorecimento da empresa multinacional na estrutura industrial do país. Em virtude dos recursos advindos do capital externo e do Estado, o país alcançou um nível de

⁴ O conceito de populismo tem sofrido uma série de revisões por parte de historiadores e cientistas sociais. Há, entretanto, uma vasta escola de autores que incorporaram o conceito entendendo-o como específico, na América Latina, dos regimes inaugurados a partir do rompimento com os Estados agrário-liberais. Neste caso, os exemplos clássicos de regimes populistas seriam os de Cárdenas no México, de Getúlio Vargas no Brasil e de Juan Domingo Perón na Argentina. Sobre os conceitos clássicos de populismo, ver: BOITO JR, 1980, 1986, 1988 e 1991; IANNI, 1980, 1988 e 1989; WEFORT, 1973 e 1978. Para uma revisão do conceito, ver: MARTINHO, 1996 e GOMES, 1997.

desenvolvimento e de acumulação sem precedentes em sua história. Porém, a partir de 1974, aproximadamente, o fluxo de divisas advinda do exterior, fruto da crise internacional, começa a escassear. O padrão de acumulação vivido pelo país até aquele período, para ser mantido, dependeria de uma equivalência entre o excedente de capital expatriado e o fluxo de divisas. No entanto, as economias centrais, vítimas de um aumento de quase 400% nos preços de barril de petróleo, preocuparam-se em “partilhar suas perdas estocando mercadorias de valorização constante.” Dentro deste contexto de crise, o governo tentou reordenar suas prioridades através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A meta fundamental, **grosso modo**, seria manter o crescimento econômico nos padrões vigentes até 1973. Para tanto, a fim de superar os problemas oriundos do fim das divisas externas, o governo projetou desbancar o setor de bens de consumo duráveis em favor do de bens de produção. Porém, tanto por conta de fatores políticos quanto econômicos, o Plano fracassou. Quanto ao primeiro fator, o Plano causou fissuras no núcleo de poder devido a ter prejudicado segmentos até então beneficiários do modelo de acumulação vigente. No segundo caso, com uma dívida externa correspondendo a 25% do Produto Interno Bruto (PIB), a acumulação era mais atraente nos bancos, na ciranda especulativa (Mendonça & Fontes, 1988).

Conforme foi dito na Introdução, já em 1974, no Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo, que reuniu aproximadamente 400 delegados de base das empresas, algumas resoluções tinham, no dizer de Luis Werneck Vianna, “...as seguintes conclusões, de inquestionável sentido anticomunitarista”:

1º) Reconhecimento da liberdade sindical, nos moldes há muito existentes em grande quantidade de países, com a conseqüente revogação das restrições contidas na CLT; 2º) Formulação de uma lei básica do trabalho, encerrando os direitos principais fundamentais e comuns a todos os trabalhadores que vivam de salários, em regime de emprego, a partir das condições mínimas hoje asseguradas; 3º) Total liberdade para o exercício do direito à Contratação Coletiva do Trabalho, que atenda às peculiaridades regionais e profissionais...(Vianna, 1978, p. 288).

Apesar do otimismo, talvez exagerado, de Vianna, é inegável que as reivindicações acima apontadas indicam, pelo menos, um caminho de contestação ao regime e às suas diretrizes para a

organização sindical. Ao contrário, o que se viu foi a permanência de da estrutura sindical e seu reforço por parte das correntes que formalmente a ela se opunham. Assim, não compartilhamos com a tese de Maria Hermínia Tavares de Almeida, para quem, a CLT e seus dispositivos “se adaptavam a um tipo de estrutura sindical e, portanto, a uma determinada classe trabalhadora, característica do período de predomínio das chamadas indústrias tradicionais de bens-salário.” (Almeida, 1975). Para a autora, portanto, a CLT estaria defasada face a modernização do capitalismo brasileiro. Ao contrário, as reivindicações que, no discurso, postaram-se contra a CLT, tiveram uma direção centrada apenas em seus caracteres restritivos, e não em seus fundamentos corporativos. Ainda em São Bernardo, em agosto de 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos desta cidade, já sob a presidência de Luis Ignácio da Silva (Lula), organizou uma campanha exigindo a reposição de 34% do salário. Em 1978, no mês de julho, na Conferência Nacional dos Trabalhadores da Indústria, um grupo dissidente lançou um manifesto que pretendia lançar as bases para a organização de um movimento sindical independente, além de reivindicar maior participação dos trabalhadores na distribuição da renda nacional, a realização de eleições diretas para a Presidência da República e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte (Kinzo, 1988).

Assim, apesar do exagero em se pensar que o movimento sindical projetou transformações globais que visassem a constituição de um novo modelo organizativo, não se pode negar um processo lento de rearticulação e de demandas em favor de uma maior participação no cenário político. Este processo de rearticulação, como será visto adiante, pode ser verificado no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio. Para além deste, que será examinado à parte, vale destacar a conduta do que posteriormente veio a se chamar “Novo Sindicalismo”, do Partido Comunista Brasileiro, que posteriormente formará a corrente “Unidade Sindical” e do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMP).

A Oposição Metalúrgica de São Paulo, existente até hoje, organizou-se no sentido de fazer frente à gestão de Joaquim dos

Santos Andrade. Em 1967/1968 formou-se a primeira chapa de oposição a este presidente. A identidade deste grupo se deu, fundamentalmente, a partir da necessidade de se combater esta diretoria que, apesar de todos os esforços de movimento oposicionista, manteve-se durante toda a década de 1970 e parte da seguinte (Faria, 1986).

É interessante perceber a dinâmica deste movimento. Por um lado, colocam-se contra uma administração “pelega” e comprometida com o regime militar. De fato, não é por acaso que, tendo ajudado a interventoria que, no ano de 1964 depôs o então presidente Affonso Dellélis, Joaquim dos Santos Andrade chega à presidência do Sindicato no ano seguinte, como candidato único. Em 1967 o candidato oposicionista seria o militante da Juventude Operária Católica (JOC), Waldemar Rossi. Além deste segmento, compunham a Oposição Metalúrgica de São Paulo, militantes cassados da gestão pré-64, pequenos grupos de esquerda e dissidentes do PCB (Sader, 1988). Apesar do papel “nefasto” que o sindicalismo oficial tinha, na ótica destes segmentos, apesar do papel de “delação” que a diretoria do sindicato mantinha, o movimento oposicionista aglutinava-se, prioritariamente a partir das eleições. Isolados nos anos 70 e cada vez mais identificados enquanto um grupo efetivamente organizado, a oposição metalúrgica procurou, na primeira metade da década de 1970, concentrar-se em “pequenas lutas”, no interior das fábricas. De acordo com um estudioso da Oposição Metalúrgica de São Paulo, estas pequenas lutas “dão uma identidade coletiva aos trabalhadores nela envolvidos, diferente daquela que lhe confere o capital, quebram seu isolamento no mundo do trabalho, restabelecem a confiança destes operários.”. Resta saber os motivos que levam esta identidade configurar-se, como diria Foucault em uma “micro-física”, dada a incapacidade da oposição metalúrgica de reverter o quadro vigente e vencer as eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Pulo. Talvez a resposta para esta indagação esteja em uma conduta que, em parte, reproduz uma tradição que pensa, na prática, negar. A prioridade, por exemplo, de um trabalho nas fábricas, em pequenas lutas, não se dá inicialmente. Ele é, na verdade uma imposição da conjuntura repressiva. O interesse do Movimento oposicionista nunca deixou de ser o de conquistar espaços e voltar a poder

participar de eleições, de disputar a direção do sindicato “legalista”. Pois, de outra forma, teriam pensado com maior zelo na criação de organismos paralelos, mesmo que às custas de um inevitável e maior isolamento. Além disso, apesar desta prioridade, não se deve esquecer que a Oposição Metalúrgica de São Paulo não deixou nunca de participar de eleições. Em 1972, de acordo com documento elaborado pelos seus militantes, a Oposição participou do pleito, considerado como momento fundamental de aglutinação e fortalecimento do grupo⁵. A história e a dinâmica do MOMSP permitem uma reflexão acerca do sindicalismo paulista. Há, muitas vezes, a idéia de que a realidade do movimento sindical paulista apresenta, permanentemente, mudanças com relação ao tipo de sindicalismo presente no país como um todo. Assim, não seria mero acaso o fato de que o chamado “Novo Sindicalismo” tenha surgido em São Paulo. Como também não seria à toa que a principal corrente sindical oposicionista seja paulista, com uma capacidade de permanecer ativa por mais de duas décadas. Entretanto, cabe indagar as razões que levaram esta oposição permanecer ativa por tanto tempo **como oposição**, ou seja, por qual motivo não conseguir reverter um quadro onde a diretoria combatida era presidida pelo “atraso”, pois esta era a imagem que os setores da chamada esquerda sindical têm de Joaquim dos Santos Andrade. Na verdade, o caso paulista não parece ser diferente da realidade sindical do resto do país. Leôncio Martins Rodrigues, por exemplo, demonstra com razão que o chamado “Novo Sindicalismo” e a conseqüente liderança de Lula, não teria existido sem a força e o poder econômico dos sindicatos estatistas (Rodrigues, 1991). Deste modo, pode-se dizer que a realidade do sindicalismo paulista não é antagônica e nem mesmo opositora do modelo corporativo. Ao contrário, é parte integrante deste.

Com relação ao Partido Comunista, sua atuação no movimento sindical é coerente com o projeto de frente única democrática. O Partido Comunista, assim, mesmo nos momentos em que refletia acerca do movimento sindical propriamente dito, nunca deixou de

⁵ Breve histórico da Oposição Sindical. Grupos de militantes da OSMSP dos Setores Sul, Leste, Oeste e Cidade Ademar, março de 1979, Frederico, 1990.

mencionar, como elemento favorável a um lento processo de reaglutinação das lutas sindicais a partir da metade da década de 1970, aproximadamente, as vitórias do MDB, partido oposicionista nas eleições de 1974 e 1976⁶. O posicionamento dos comunistas, portanto, reflete um conduta que, para setores como a Oposição Metalúrgica de São Paulo, será tida como vacilante. Para esta agremiação, para além da luta sindical propriamente dita, cabe um projeto que aglutine amplos setores da sociedade brasileira no sentido da redemocratização. É como afirma o documento que segue:

No centro das discussões, está a questão democrática concretizada na proposta que o PCB avançava em seu IV Congresso, há 10 anos, e que é cada vez mais uma proposta nacional: a convocação duma Assembléia Constituinte que, pelo caráter plenamente democrático de sua eleição, represente o fim do regime e não sua prorrogação, em novos moldes.

Organizar as lutas de massas, e articulá-las no processo eleitoral e na campanha pela convocação da Constituinte, é colocar obstáculos à solução de exarcebção do fascismo que não poucos, representando interesses poderosos, lutam para ver vitoriosa.⁷

Deste modo, pode-se compreender a lógica das propostas de Unidade Sindical dos Comunistas. Para segmentos ditos mais à esquerda, as declarações acima representam um institucionalismo que apenas enfraquece a luta contra o regime militar. Porém para os comunistas, o caráter de frente por eles defendido, é coerente com a idéia de unidade expressa na defesa do sindicalismo único. Pois o contrário, levaria à divisão das forças que deveriam se unir em torno da bandeira democrática.

O chamado “Novo Sindicalismo” surge de um grupo de militantes independentes a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Sem vínculos com as organizações de esquerda mais radicalizadas e também bastante cráticos com relação ao PCB, este segmento apresenta-se com um discurso inicialmente “purificador”, pois reivindicava para si o papel de romper com os “vícios” das práticas tradicionais e apolítico. Sua importância neste período ainda é relativamente pequena. Apenas em 1978 é que ganhará notoriedade

⁶ “A Situação atual e as tarefas que se impõem ao movimento sindical”. *Voz Operária*, No 133, Abril de 1977 (Frederico, 1990).

¹⁷ “Isolamento das massas trabalhadoras: Deficiência a ser superada para que se consolide o avanço dos democratas”. *Voz Operária*, No 137, agosto de 1977 (Frederico, 1990).

nacional e será percebido como um referência importante no sindicalismo brasileiro. Em outras palavras, não poderia mais ser ignorado por empresários e também por seus concorrentes, sejam os comunistas, sejam as Oposições sindicais e organizações de vanguarda, sejam os chamados “pelegos”.

Se, como será visto, para os comunistas causou surpresa e provocou preocupações, para outros setores, a surpresa transformou-se imediatamente em um otimismo talvez exacerbado. Parecia que o “novo” despontava no cenário político nacional.

Assim é que, já em 1978, em entrevista, Luís Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, afirmava:

Eu acho que essas greves [refere-se às greves de 1978, tanto as de fábrica, como a FIAT, quanto às de categorias, como a do Sindicato por ele, Lula presidido] já decretaram a falência da atual estrutura sindical, assim como também da atual lei de greve. Nós sempre dissemos aqui no Sindicato que a legalidade do movimento quem daria era o próprio movimento. Se ele fosse vitorioso a coisa seria legal. Se ele não fosse vitorioso a coisa não seria legal, porque não teríamos ganho nada. Só não percebe que a atual estrutura sindical está arcaica quem não quer.⁸

O otimismo de Lula, como será melhor percebido nos capítulos posteriores, não correspondeu à realidade dos fatos e à força das tradições. Por enquanto, basta a lembrança de Leôncio Martins Rodrigues de que: 1º) se não fosse o fato de Lula e seus companheiros serem desconhecidos e, portanto, com margem de manobra maior que os comunistas, por exemplo; 2º) não fosse o apoio de um importante instituição da sociedade civil que é a Igreja, através do trabalho com pastorais; e, 3º) não fosse a fortíssima estrutura corporativa montada desde os anos 30 - que Lula chamava de retrógrada - , dificilmente o dito “Novo Sindicalismo teria conseguido trilhar o caminho tão fértil que trilhou (Rodrigues, 1991).

Estes segmentos, acima descritos de maneira rápida, transformaram-se ao longo dos anos. Até a presente conjuntura em estudo, ainda caminhavam, apesar das já evidentes diferenças, conjuntamente. Nos anos seguintes a 1978, com a consolidação do sindicalismo de São Bernardo como uma referência nacional e os

⁸ “São Bernardo: uma Experiência de Sindicalismo “Autêntico”. *Cara a Cara*, Ano I, No 2, Centro de Estudos Everardo Dias, Campinas, 1978.

debates acerca do papel do sindicalismo brasileiro e das centrais sindicais, as divergências ficaram mais explícitas. A partir daí, configurou-se uma divisão que foi a tônica do movimento sindical no Brasil durante os anos 80.

O Sindicato dos Metalúrgicos na primeira fase de transição

A partir das eleições sindicais de 1973, quando a chapa vitoriosa com João Pierre não conseguiu tomar posse em virtude de ser formada por militantes “conhecidos” no Ministério do Trabalho, as oposições se viram obrigadas a pensar em novas estratégias para poder continuar atuando no Sindicato dos Metalúrgicos. Nomes “queimados”, não era mais possível. Portanto, novas lideranças deveriam ser forjadas. Desta forma, a mesma atitude utilizada com relação a Valdir Vicente de Barros, no final dos anos sessenta, foi, de certa forma, utilizada a partir de então. Funcionário da antiga Fábrica Nacional de Motores, agora FIAT, o nome do até então desconhecido Adalberto de Oliveira surge como candidato articulado pelo movimento oposicionista nas eleições de 1974. Há, porém, algumas controvérsias a este respeito. Enquanto que para alguns militantes, como João Leal de Araújo, a escolha de Adalberto se deveu ao fato de que não havia como pensar em uma alternativa mais “engajada”, dadas as dificuldades conjunturais da época, para João de Deus, a escolha de Adalberto foi preparada pelo próprio Ministério do Trabalho, que inviabilizou a possibilidade de inscrição de novas chapas em virtude do curto espaço de tempo determinado. Adalberto, por seu turno, já saberia previamente dos prazos para a inscrição de chapa e teve condições de inscrever a sua chapa que, por tal razão, acabou sendo a única. Provavelmente, as duas versões sejam verdadeiras e se complementem. Adalberto era, apesar de sua pouca expressão, um antigo membro da Comissão de Fábrica da FIAT, desde os tempos da FNM. Este “currículo”, apesar de não despertar nenhum entusiasmo por parte da militância de esquerda, permitia, em todo caso, uma possibilidade de trabalho conjunto. Mas as relações íntimas de Adalberto como veremos em sua gestão, com o Ministério de Trabalho, não deixa de ser um indício da possibilidade de articulações anteriores. Além disso, equivoca-se João de Deus ao afirmar a inexistência de chapas concorrentes. Houve duas chapas em disputa: a chapa azul, encabeçada por Adalberto de Oliveira e a

Chapa Verde, de militantes do Círculo Operário Cristão, com Giovanni Maranhão como candidato à presidência da entidade.

Segundo Joaquim Arnaldo de Albuquerque⁹, desde 1973, na época da intervenção, já havia uma forte articulação das oposições. Diversas organizações de esquerda atuavam no Sindicato, como o PCB, o PC do B, a POLOP, o POC e a própria pastoral operária. Foi este agrupamento de organizações que lançou a candidatura de Adalberto. Esta frente de esquerdas auto denominava-se Movimento 1º de Maio¹⁰.

A gestão de Adalberto de Oliveira

A gestão de Adalberto é duramente criticada pela militância sindical. Até mesmo um dirigente como Valdir Vicente de Barros, considerado pelas correntes de esquerda como um “pelego”, afirma que aquele, em suas relações estreitas com o Ministério do Trabalho, “entregou o Sindicato na mão dos algozes da classe operária”¹¹. Uma análise, portanto, de sua gestão é necessária e sugestiva.

Antes, porém, é necessário apontar aqui as razões apresentadas pelo Delegado Regional do Trabalho defendendo o processo interventor. O documento, em forma de portaria, saiu publicado na íntegra no jornal META, ainda anteriormente ao pleito eleitoral que consagraria Adalberto de Oliveira como o novo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos:

Considerando que, dentre todo o elenco de irregularidades bastariam ser citados os seguintes: fatos: A) Existência de vales que demonstram liberalidades e favoritismos dos mais absurdos, num total de CR\$ 96.106,69, em favor de diretores, ex-diretores, funcionários, ex-funcionários, membros do Conselho Fiscal (Antigo e actual) e até um amigo do Presidente. (...);

F) Existência de vales emitidos por um diretor no total de CR\$ 11.765,73, além de fatura de aquisição de pneus para veículos de sua propriedade para pelo Sindicato sem o necessário ressarcimento;

G) “Déficit” de caixa no Colégio mantido pelo Sindicato, que no momento da verificação, ascendia a 21.199,53;

H) Total inoperância do Conselho Fiscal, sendo que dois de seus membros, aliás, são emitentes de alguns vales contra o caixa do Sindicato.

⁹ Entrevista concedida a Ana Paula Alves de Oliveira e Renato Rocha Pitzer.

¹⁰ Entrevista com Joaquim Arnaldo de Albuquerque, concedida ao autor.

¹¹ Entrevista com Valdir Vicente de Barros, concedida ao autor.

(...) Considerando que a entidade encontra-se em fase de realização de eleições, mas será impossível considerar-se a atual administração do Sindicato como suficientemente isenta para ter a seu cargo a direção dos trabalhos eleitorais, e até mesmo que o resultado eleitoral venha a expressar a real vontade da categoria, ..., resolve:

A) Afastar, preventivamente, “*ad referendum*” do Senhor Ministro, ..., do exercício dos seus cargos, toda a diretoria, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes do Sindicato... ;

C) Suspender, por prazo indeterminado, a realização do pleito que se vinha efetivando.”¹²

Ainda no mesmo jornal, a diretoria faz um apelo para que os metalúrgicos se esforcem no sentido de devolver ao Sindicato sua plena normalidade. O apelo demonstra também o vínculo que tem a diretoria com uma concepção sindical plenamente cooperativa com os poderes públicos e de harmonização entre o capital e o trabalho:

Nosso agradecimento nas colunas do META, órgão oficial do nosso Sindicato, é uma mensagem de fé e de esperança na *consolidação do regime democrático* em nosso país. (...). É sobretudo a confiança na classe operária e, em particular nos metalúrgicos, empregados e empregadores; nas autoridades governamentais, para num esforço conjugado contribuir para o bem-estar nacional e a paz social.¹³

Outra demonstração de apego com o poder público e os padrões encontra-se no mesmo Jornal, no relatório da Comissão de Salário, presidida por Giovanni Maranhão, presidente da Junta Governativa no pós-64:

Adiantou o Líder metalúrgico (Giovanni Américo Maranhão - Pres.) que o aumento conseguido pela classe, é fruto do bom entendimento que está havendo entre empregadores e empregados, reafirmando as palavras do Ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, pronunciadas no Sindicato dos Comerciantes, dia 30 passado, onde ressaltou que “o diálogo franco entre padrões e empregados é a solução dos problemas comuns dos mútuos interesses das duas classes.”¹⁴

O mesmo jornal META, na sua edição de janeiro de 1975, publica os manifestos de campanha das duas Chapas concorrentes. No fundamental, os dois programas são muito parecidos, quase que exclusivamente, defendendo questões de ordem corporativa. A seguir, os principais pontos dos respectivos manifestos. Primeiro, apresentaremos o Manifesto da **Chapa Azul**, encabeçada por

¹² Jornal META, Ano IV, No 10, 1974.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem

Adalberto de Oliveira, em seguida, o Manifesto da **Chapa Verde**, encabeçada por Giovanni Maranhão¹⁵:

Conclamação aos companheiros Metalúrgicos: Nós, da Chapa Azul, temos consciência da luta que necessitamos empreender em prol de melhores salários, da gratificação de férias, das férias de 30 dias, do problema da insalubridade, da estabilidade de delegados de fábrica, problemas esses relegados a segundo plano pela atual administração. (...).

Temos, pois, companheiros, que fazer voltar a nós a nossa casa, para que *dentro dela*, possamos respeitar todos os princípios liberais e abrigar sob sua bandeira, qualquer integrante da categoria, independente de credo, raça ou ideologia, e unidos, partir para a solução de todos os problemas que nos afligem.

O que realmente pretendemos é fazer com que os metalúrgicos tenham plena liberdade dentro da *casa* que lhes pertence de fato e de direito. (...).
Adalberto de Oliveira

O conteúdo da Chapa Verde, embora mais explícito na sua simpatia ao patronato, não difere, a rigor da Chapa concorrente:

Metalúrgicos conclamados a votar na Chapa Verde: No programa da Chapa Verde publicado no Jornal META, órgão de defesa da classe ... existem os seguintes compromissos: Reimplantar reciprocamente, o respeito e a ordem em nossa entidade; valorização do trabalhador nas fábricas, oficinas etc; campanha por um salário justo através do diálogo com os patrões. *Soluções trabalhistas:* - entre empregados e empregadores - sempre que possível a interferência da Justiça do Trabalho, ..., defender nas empresas a estabilidade dos delegados sindicais quando no exercício da função de representante do órgão de classe, e muitos outros. *Descentralização:* (...). Instalação de agências da entidade em bairros residenciais, (...), construção de sedes próprias para as delegacias. Criação de uma delegacia sindical em Santa Cruz, uma vez que ali será, brevemente, um dos grandes centros da indústria metalúrgica. (...). Construção de uma Colônia de Férias própria em Cabo Frio, e outras. *Salário:* (...). Lutar por um adicional de insalubridade sobre os salários efetivamente percebidos, e não pelo mínimo regional; adicional de periculosidade, atingindo os trabalhadores que exercem suas atividades em áreas próximas; salário proporcional condizente, de forma a não se constituir em desemprego por ocasião dos dissídios coletivos.

Apesar de o texto apresentado pela Chapa encabeçada por Adalberto de Oliveira ter um “tom” mais militante, fazendo menção aos problemas a serem enfrentados pela categoria, percebe-se que a ênfase fundamental é a idéia do Sindicato como sendo a “casa” dos trabalhadores metalúrgicos e as questões específicas. A Chapa

¹⁵ Jornal META, Ano IV, No 12, 1975.

concorrente, por seu turno, é mais declaradamente favorável à harmonia e à conciliação, o que, entretanto, não dissimula a identidade corporativa de ambas¹⁶.

O pleito que deu a vitória à chapa encabeçada por Adalberto de Oliveira, ocorreu entre os dias 21 e 28 de janeiro de 1975. A nova diretoria tomou posse no dia 4 de março deste mesmo ano¹⁷.

Como foi dito, a gestão de Adalberto de Oliveira caracterizou-se por uma concepção basicamente administrativa. Deste modo, suas manifestações à categoria através do Jornal META, mesclam apelos à unidade da classe com afirmações de otimismo frente aos poderes constituídos. Assim, em edição de julho de 1975, em artigo assinado pelo próprio Presidente Adalberto de Oliveira, assiste-se a um pedido formal para que as “mágoas e os dissabores” sejam esquecidos em nome do objetivo maior que é o soerguimento do Sindicato e a unidade da categoria (p. 01). O mesmo jornal relatando a posse da diretoria eleita no pleito de maio, reproduz parte do discurso do Presidente, o qual afirma:

...essa união que nos propomos é no sentido de nos tornar fortes, com o objetivo de conquistar direitos, paz, tranquilidade para nossas famílias,..., nossa presença no Sindicato estará justificada: unir a classe, aumentar cinco vezes o número de associados, definir direitos e deveres e colaborar para o desenvolvimento da paz social no país.¹⁸

No jornal seguinte de setembro, há uma menção acerca da Semana da Pátria e saúda os poderes vigentes como aliados do Sindicato, afirmando que o desejo do Governo, dos trabalhadores e dos empresários é “ a ordem e o progresso “. A matéria principal, entretanto, deste número é a questão salarial. Inicialmente, saúda a Comissão de Salários pelo seu desempenho e sua importância , para, em seguida, apresentar o resultado das Assembléias que definiram a pauta de reivindicações a ser apresentada ao patronato. Entre outras reivindicações, seria apresentada ao patronato a proposta de aumento de 55%. No jornal de outubro, o resultado do acordo: os

¹⁶ Infelizmente, não foi possível encontrar, nos Arquivos do sindicato, dados referentes ao número de eleitores e de sindicalizados à época da disputa entre as duas Chapas.

¹⁷ Termo de Posse de Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado da Guanabara, 4 de Março de 1975.

¹⁸ Idem.

metalúrgicos receberiam, a título de adiantamento, um aumento de 25 %, até que o índice oficial fosse definitivamente decretado¹⁹.

Uma outra demonstração de simpatias diante do poder público está expressa no Jornal *META*, de novembro e dezembro deste mesmo ano, quando anuncia as novas medidas do governo para o FGTS, através das quais o empregado poderia retirar sua quota no Fundo de Garantia com menos de um ano de trabalho efetivo, acrescida de juros corrigidos trimestralmente, além do anúncio da intenção do governo em estabelecer um único salário mínimo para todo o país. Ainda no mesmo jornal, saúda a presença do Delegado Regional do Trabalho, por ter despachado durante um dia inteiro em Duque de Caxias, ocasião em que, ao lado do presidente Adalberto de Oliveira, visitou a FNM (Fábrica Nacional de Motores)²⁰.

No ano seguinte, 1976, a diretoria do Sindicato promove uma campanha em prol da construção do Centro Profissionalizante do Metalúrgico, no bairro de Maria da Graça, subúrbio da Cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o Jornal *META*, o início de sua construção deveria ser na semana do trabalho. Para garantir a presença do Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, a semana foi preparada para começar no dia 25 de abril, domingo, com a seguinte programação:

- 8 horas - Missa por alma dos trabalhadores falecidos.
- 10 horas - Quadrangular de futebol de salão entre as fábricas.
- 12 horas - Almoço oferecido às lideranças sindicais e convidados.
- 15 horas - Inauguração das obras do Centro Profissionalizante de Maria da Graça. Colocação do 1º tijolo pelo Ministro Arnaldo Prieto.
- 21 horas - Coroação da Miss Metalúrgica.²¹

No editorial do jornal seguinte, referente aos meses de março e abril, intitulado **A REVOLUÇÃO**, a diretoria do sindicato nega com veemência ter sido esta entidade o “foco da subversão”, como havia sugerido um programa emitido em cadeia nacional comemorativo dos 12 anos de instalação do regime militar. Afirmação esta “constrangedora”, haja vista que os trabalhadores

¹⁹Jornal *META*, Ano IV, Nos 14 & 15. 1975

²⁰Jornal *META*, Ano IV, No 16

²¹Jornal *META*, Ano V, No 18, 1976

metalúrgicos são uma das alavancas do progresso nacional, dando sua parcela de esforço em prol do bem comum”.²²

O Jornal *META* de N° 20, traz como matérias mais importantes a presença do Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto e do Governador do Estado Faria Lima quando da abertura da Semana do Trabalho, ocorrida no dia 24 de abril e as resoluções acerca da campanha salarial.

Com relação à visita das autoridades citadas, o texto enaltece o discurso do Ministro quando da inauguração das obras do Colégio Metalúrgico afirmando os esforços de seu ministério no sentido de “libertar o trabalhador brasileiro da decretação do salário mínimo”²³. Nota-se, no jornal *Meta*, que a gestão de Adalberto de Oliveira, abraçando as tradições estatistas, realizou-se sob o signo da harmonia e da legalidade, ensejando, assim, por parte das oposições, a alcunha de “governista” e “legalista”, como se costuma dizer nos jargões das esquerdas.

Apesar disso, as oposições não deixam de ter uma permanente participação na dinâmica do Sindicato. Prova evidente desta afirmação é a campanha salarial deste mesmo ano. Em Assembléia realizada no dia 27 de agosto, a comissão de salários foi constituída, em larga maioria, por militantes opositoristas: Joaquim Arnaldo de Albuquerque - Presidente; Washington Costa - 1° Secretário; José Severino de Paula - 2° Secretário²⁴. Os principais pontos da pauta de reivindicações foram os seguintes:

1. Os empregadores concederão a todos os seus empregados um reajustamento de 80% sobre o salário atual de seus empregados. (...).
4. A todos os empregados metalúrgicos será assegurado o pagamento de salário mínimo metalúrgico, que será fixado sempre com um acréscimo de 80% sobre o salário mínimo regional.
6. As empresas não poderão pagar salário inferior a três salários mínimos regionais a qualquer profissional metalúrgico contratado por ela..²⁵

O acordo final, entretanto, ficou aquém do aprovado em assembléia. A assinatura do referido acordo, em audiência de conciliação no TRT no dia 26 de outubro, deu aos trabalhadores

²² Jornal *META*, Ano V, No 19, 1976

²³ Jornal *META*, Ano V, No 20, 1976

²⁴ Idem.

²⁵ Idem.

metalúrgicos do Rio um aumento de 43%. Para a oposição, a diretoria não acatou as deliberações em nítido desrespeito à Assembléia, configurando-se em uma traição à categoria²⁶.

É fácil, portanto, constatar as razões que levam a gestão de Adalberto de Oliveira a sofrer esta estranha unanimidade de praticamente ninguém defendê-la. Porém, mais importante que simplesmente apontar seus equívocos, é refletir sobre a total incapacidade que tiveram aqueles que o elegeram presidente em controlar ou, ao menos, ter acesso às diretrizes traçadas durante estes dois anos. Mesmo obtendo hegemonia em alguns momentos, como na campanha salarial, as oposições nunca conseguiram mudar a realidade do sindicato, inverter prioridades. Ao contrário, o que se percebe é exatamente uma atitude respeitando os prazos estabelecidos pela estrutura corporativa: campanhas salariais e eleições.

A CAMPANHA ELEITORAL DE 1977

O ano seguinte, de 1977, seria de renovação da diretoria do sindicato. Adalberto do Oliveira, uma espécie de unanimidade às avessas, candidatou-se à reeleição. As oposições, como de costume, tentariam impor um novo nome. Como o regime militar ainda impedia que nomes “reconhecidos” ou, como diziam, “queimados” participassem das eleições, mais uma vez se buscou um “desconhecido” para ser candidato à presidência. Seu nome: Oswaldo Pimentel, indicado em Assembléia das oposições por João de Deus²⁷.

O critério da escolha de Pimentel pelas oposições foi exatamente o mesmo das eleições anteriores. Funcionário da FNM, membro de sua comissão de Fábrica, Pimentel era, até então, um nome apagado na militância sindical. Segundo Joaquim Arnaldo de Albuquerque, Pimentel, que apesar de ser engenheiro formado, trabalhava como metalúrgico, era ligado a Valdir Vicente de Barros que, embora tendo sido um presidente cassado, mantinha certo prestígio junto a alguns segmentos da categoria e participava das articulações políticas e da vida do sindicato. Aliás, em diversas

²⁶ Jornal *META*, Ano V, No 21, 1976.

²⁷ Entrevista com João de Deus, concedida ao autor.

ocasiões, o movimento oposicionista reuniu-se em um escritório mantido por Valdir Vicente²⁸. A escolha de outro nome, ainda que desconhecido, poderia dificultar a unidade oposicionista. Chegou-se, por exemplo, a se cogitar o nome de Washington Costa. Porém este era um militante da organização clandestina Ala Vermelha, o que, por certo, dificultaria a unidade em grupos como o PCB e a Igreja²⁹. Desta vez, porém, um militante oposicionista viria a participar da chapa concorrente: José Severino de Paula, membro permanente das comissões de salário. De acordo com diversos entrevistados, a secretaria de Imprensa e divulgação, ocupada por José Severino, seria uma extensão do movimento oposicionista dentro do Sindicato dos Metalúrgicos³⁰.

A eleição de Osvaldo Pimentel e o primeiro período de sua gestão:

Pode-se dizer que, para uma melhor compreensão do período em que Osvaldo Pimentel esteve à frente do Sindicato dos Metalúrgicos, sua gestão divide-se em três períodos distintos. O primeiro é o ano de 1978, cujo marco fundamental foi a greve da FIAT. O segundo momento, talvez o mais importante, é o do ano de 1979, quando ocorre a grande greve dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Período em que, claramente, as oposições se aglutinam novamente contra a diretoria que ajudara a eleger. Por fim, o terceiro período, é o de 1980, quando as oposições, pela primeira vez desde a vitória frustrada de 1973, lançam uma candidatura própria.

O processo eleitoral transcorreu de forma relativamente tranqüila, sem grandes embates entre as chapas concorrentes. Com a oposição unificada, em pleito realizado entre os dias 13 e 20 de dezembro de 1977, elegeu-se presidente Osvaldo Pimentel, cuja posse ocorreu no dia 6 de março do ano seguinte³¹.

Ao tomar posse, a nova diretoria buscou imediatamente criticar a gestão anterior, como incompetente e caótica do ponto de vista administrativo:

27. Entrevista com Joaquim Arnaldo de Albuquerque, concedida ao autor.

29. Entrevista com Álvaro Lins Cavalcante, concedida ao autor.

30. Entrevistas com João Leal de Araújo e João Carlos do Amaral, concedidas ao autor.

31. Têrmo de Posse de Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Município do Rio de Janeiro, 6 de Março de 1978. Não encontramos dados acerca do número de participantes no pleito.

Ao tomar posse, em 6 de março deste ano, a atual diretoria do sindicato, como esperava, deparou-se com uma situação de decalabro financeiro e administrativo, à beira do caos. Luz e telefone cortados, a folha de pagamento de funcionários relativa a fevereiro paga pela metade, a dívida com o INPS atingindo CR\$ 820.340,12, o FGTS depositado apenas 3 meses em média a cada ano...³².

Apesar destas denúncias, nenhuma medida havia sido tomada no sentido de serem apuradas as irregularidades que, por ventura, tivessem sido praticadas no Sindicato. A rigor, uma medida desta natureza poderia implicar em controles posteriores que não interessam aos novos dirigentes.

Uma das principais características desta primeira fase da gestão de Pimentel à frente do Sindicato dos Metalúrgicos, foi a luta contra o desemprego, que desde o ano anterior, 1977, vinha assumindo características alarmantes. Deste modo, a nova diretoria buscou demonstrar interesse em posicionar-se imediatamente sobre o assunto. Além disso, na primeira edição do Jornal META sob a sua administração, faz-se menção à conjuntura política e sindical do país, bem como às mobilizações desencadeadas no próprio Rio de Janeiro. Portanto, apesar de um caráter predominantemente conservador e estatista, idêntico à tônica do movimento sindical brasileiro como um todo, já se percebe uma ênfase maior na mobilização social, ao invés de se privilegiar as relações com as autoridades vigentes. Porém, como será visto no curso deste trabalho, este fato, por si, não é suficiente para caracterizar um novo momento na história do movimento sindical metalúrgico do Rio de Janeiro.

Com relação ao problema do desemprego, não há uma crítica direta ao regime militar, fazendo-se apenas uma menção genérica às leis que beneficiavam sempre os “mais ricos” em detrimento dos trabalhadores. Por fim, convoca os metalúrgicos a participarem mais do Sindicato e a encamparem a luta contra o desemprego³³. O jornal também menciona a luta dos trabalhadores do ABC paulista, quando de sua primeira grande greve, saudando o evento como um grande momento na luta dos trabalhadores metalúrgicos³⁴. Fato importante naquele ano de 1978, foi a greve na FIAT, antiga FNM. Com uma

³² Jornal *META*, Ano VII, No 26, 1978.

³³ *Idem*.

³⁴ “A GRANDE GREVE DO ABC”, *Idem*.

delegação de fábrica reconhecida, a FIAT, como sabemos, sempre manteve um relativo nível organizacional. Por conta da mobilização deste ano, o delegado sindical Gilson Thomás de Aquino acabou sendo demitido, ao lado de outros 93 operários³⁵.

O estatismo sindical e o regime de exceção

Este estudo tem procurado demonstrar o predomínio das tradições estatistas no sindicalismo brasileiro. O período ora estudado, apesar da vigência de uma política econômica liberal, não deixa de demonstrar a permanência do corporativismo sindical. Adalberto de Oliveira, por exemplo, ilustre desconhecido, tornar-se-á presidente do Sindicato com o beneplácito da oposição. No entanto, conduzirá a gestão da entidade de acordo com um ritmo definitivamente fortalecedor da estrutura corporativa e burocrática. E o que é mais interessante: a despeito de uma firme presença oposicionista em momentos chave, como é o caso das comissões de salário, sempre hegemônicas por este segmento. Mas o fato é que estes “momentos chave” também são parte integrante do modelo corporativista. São datas previamente determinadas pelo Estado, reconhecidas legalmente. E é sobre estes momentos que se debruçam situação e oposição. Para a gestão seguinte, como de resto, para as seguintes, a mesma tônica será percebida.

Esta primeira fase da gestão de Osvaldo Pimentel demonstra uma dinâmica ao mesmo tempo nova e semelhante à dos anos anteriores. Evidencia-se, por um lado um discurso mais militante, denúncias contra irregularidades nas empresas e a saudação a movimentos de reivindicatórios e grevistas. Porém, a mudança se dá em meio à conservação. Assim é que, mais uma vez, a oposição não conseguiu implementar mudanças significativas. Particularmente no que concerne ao controle a ser exercido pela categoria sobre a direção eleita. Por isso, as atitudes de Pimentel, “vacilantes”, aos olhos da militância mais à esquerda são repletas de autonomia. Talvez porque mudar esta realidade implique em mudar também a realidade maior que é a estrutura sindical corporativa tão arraigada às tradições brasileiras.

³⁵ Jornal *META*, Idem.

Porém, a questão mais interessante a ser percebida neste capítulo é a capacidade de adaptação que o modelo corporativo sindical tem. Se este modelo demonstrou eficácia durante o período do compromisso ampliado, também agora, durante a ditadura militar, ele se mantém intacto. As diversas correntes políticas ao modelo estatista se submetem, por mais que, em certas ocasiões, o critiquem e declarem intenções de rompimento. É esta, em resumo, a história do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro durante o período militar. Os segmentos mais conservadores mostram-se, por um lado, perfeitamente adequados a um modelo que, quando construído, pretendia harmonizar, sob a mediação do Estado, os interesses de empregados e empregadores. Mas as oposições, as chamadas vanguardas, também estiveram adequadas ao modelo. Tanto é assim, que, os momentos privilegiados de aglutinação deste segmento foram as campanhas. Mesmo na ditadura, portanto, a meta principal, embora nem sempre dita de forma explícita, era ocupar uma parcela do Estado. Era controlar a máquina burocrática do Sindicato Corporativo.

FONTES

Entrevistas concedidas ao Autor:

Álvaro Lins Cavalcante Filho

Jaime Leis Santiago

João Carlos do Amaral

João de Deus da Silva

João Leal de Araújo

Joaquim Arnaldo de Albuquerque

Marcos de Carvalho

Maria Inês Pereira Guimarães

Valdir Vicente de Barros

Concedidas a Ana Paula Alves de Oliveira e Renato Rocha Pitzer:

Joaquim Arnaldo de Albuquerque

Gilson Thomás de Aquino

Documentos do Sindicato dos Metalúrgicos:

Jornal META - De 1970 a 1985

Têrmo de Posse de Diretoria - De março de 1975 a outubro de 1984

Outros:

Aconteceu Especial. CEDI - Centro Ecumenico de Documentação e Informação. SP, 1981.

CECUT - Centro Cultural dos Trabalhadores. 1979 A greve de setembro dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. RJ, ABC Sociedade Cultural, 1981.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. V. 2. A crise do “milagre brasileiro”. BH, Oficina de Livros, 1990.

_____. *A esquerda e o movimento operário 1964-1984*. V.3. A reconstrução. BH, Oficina de Livros, 1991.

“Três chapas disputam o Sindicato dos Metalúrgicos no Rio.” FSP, 11/08/84. in: *Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84. Aconteceu Especial 16*, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação. SP, s/d.

“Metalúrgicos do Rio elegem chapa da situação” FSP, 12/10/84. in: *Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84. Aconteceu Especial 16*, CEDI- Centro Ecumênico de Documentação e Informação. SP, s/d.

“Sindicalismo e os Congressos de Trabalhadores.” in: *Trabalhadores Urbanos no Brasil/82-84. Aconteceu Especial 16*, CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação. SP, s/d, pp. 51/63.

Panfletos e materiais de Propaganda:

IX Conferência dos Trabalhadores Metalúrgicos/RJ. 30/03 a 01/04 de 1979. *Resoluções Finais*.

“Demissões em Massa a FIAT DIESEL intraquilizam os metalúrgicos do Rio de Janeiro.” *Nota oficial*. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio de Janeiro. 1º de Outubro de 1981.

“Manifesto Programa”(1983). Chapa de Oposição, *Princípios e Luta*.

“A Greve da FIAT de 42 dias”. Cartilha, s/d.

Cut pela base. Projeto de Resoluções ao II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rio de Janeiro, 1986.

Oficiais:

Anuário Estatístico do Brasil - *IBGE* /1986

Censo Industrial do Rio de Janeiro - *IBGE*/1980

Referências Bibliográficas

ALAVI, H. verbete “POPULISMO”. in: BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. RJ, Jorge Zahar, 1988.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”. in: *Debate e crítica*, nº 6, SP, Hucitec, 1975.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho - o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1979-1980*. SP/Campinas, Ensaio/Unicamp, 1988.

BOITO JR., Armando. “A ideologia do populismo sindical”. in: *Teoria e Política* (2). SP, Brasil Debates, 1980, pp. 29/54.

_____. *O populismo no Brasil: natureza, formas de manipulação e raízes sociais*. Seminário: Populismo e Educação. Anais da I Semana do Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFJF, Juiz de Fora/MG, 1986.

_____. *O sindicato de Estado no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP, Campinas, 1988, mimeo.

_____. “Reforma e persistência da estrutura sindical”. in: BOITO JR., A. (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. SP, Paz e Terra, 1991, pp. 43/91.

DELGADO, Lucília de A. Neves. *O CGT no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.

DONNEL, Guillermo O’. verbete “POPULISMO”. in: *Dicionário de Ciências Sociais*. RJ, FGV, 1985, pp. 935/937.

FAUSTO, Boris. “Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920/1945): uma revisão”. in: *Novos Estudos CEBRAP*. SP, 1988, pp. 06/37.

FARIA, Hamilton. *A experiência operária nos anos de resistência*. A oposição sindical metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do

movimento operário (1964/1978). Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1986, mimeo.

FERREIRA, Jorge Luis. *Trabalhadores do Brasil. A cultura político-popular no Primeiro Governo Vargas (1930/1945)*. Dissertação de Mestrado, UFF/ICHF, Dep. de História, Niterói, 1989, mimeo.

FIECTER, Georges-André. *Brazil since, 1964: modernization under a military régime*. London, The Mac Milton Press LTD, 1975.

FLEICHER, David. (org.) *Da distensão à abertura*. As eleições de 1982. Brasília, Edunb, 1988.

FREDERICO, Celso. *Consciência operária no Brasil*. SP, Ática, 1979 a.

_____. *A vanguarda operária*. SP, Símbolo, 1979 b.

GOMES, Ângela de Castro . *Burguesia e trabalho*. RJ, Campus, 1979.

_____. *A inveção do trabalhismo*. SP, Vértice, 1988.

_____. et.alii *Velhos militantes*. RJ, Jorge Zahar, 1988.

_____. *Os paradoxos e os mitos: o corporativismo faz 60 anos*. Texto apresentado ao Seminário “Revolução de 30: 60 anos”, Realizado pela Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 15-16 out., 1990. Mimeo.

_____. *República, trabalho e cidadania*. RJ, FGV/CPDOC, 1991.

_____ & FERREIRA, Marieta de M. “O populismo sindical: um conceito em questão”. in: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; FRY, Peter [Orgs]. *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. SP, ANPOCS/Hucitec, 1996, pp. 30/49.

Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas.” *Boletim Informativo Bibliográfico* (2). RJ, ANPOCS/Vértice, 1987, pp. 11/40.

IANNI, Octávio. *O ABC da classe operária* . SP. Hucitec, 1980.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. RJ, Civilização Brasileira, 1988.

_____. *A formação do Estado populista na América Latina*. SP, Ática, 2 ed., 1989.

INCISA, Ludovico. verbete “POPULISMO”. in: BOBBIO, Norberto et alli, *Dicionário de Política*. UnB, Brasília, 2 ed., 1986.

KINZO, Maria Dalva Gil. *Oposição e autoritarismo*. Gênese e trajetória do MDB (1966/1979). SP, Vértice, 1988.

LOBO, Eulália (Coord). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. RJ, Access, 1992.

MARTINHO, Francisco C. P. “O populismo sindical: um conceito em questão”. in: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; FRY, Peter [Orgs]. *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. SP, ANPOCS/Hucitec, 1996, pp. 30/49.

MARTINS, Luciano. “A “liberalização”do regime autoritário no Brasil.”in: DONELL, Guillermo O’ et alii, (Ed). *Transição do regime autoritário*.SP, Vértice, 1988, pp. 108/139.

_____. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64* (2 ed). SP, Paz e Terra, 1991.

MEDEIROS, Luís Antônio. “Desemprego, miséria e Violência: a triste marca da recessão” in: *Aconteceu Especial 16*. CEDI, SP, s/d, pp.12/13.

MENEZES, Clarice M. & SARTI, Ingrid. *CONCLAT, a melhor expressão do movimento sindical brasileiro*. RJ, ILDES, 1983.

OLIVA, Aloísio M. & RAINHO, Luís Flávio. “CUT e CONCLAT: divisão política do movimento sindical” in: *Aconteceu Especial 16*. CEDI, SP, s/d, pp.44/47..

RAMALHO, José Ricardo. *Estado, patrão e luta operária - o caso FNM*. SP, Paz e Terra, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. SP, Brasiliense, 1990.

RODRIGUES, Leôncio M. a. *Partidos e Sindicatos - escritos de Sociologia Política*. SP, Ática, 1990.

_____. *b. CUT: os militantes e a ideologia*. SP, Paz e Terra, 1990.

_____. “As tendências políticas na formação das Centrais Sindicais.” in: BOITO JR, Armando (Org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. SP, Paz e Terra, 1991, pp. 11/42.

_____. *O declínio do sindicalismo corporativo*. s/ed., s/d, mimeo.

SADER, Eder. “A transição política e as lutas dos trabalhadores (1982-1984)” in: *Aconteceu Especial 16*. CEDI, SP, s/d, pp.24/25.

_____. *Quando novos personagens entram em cena - experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. SP, Paz e Terra, 1988.

TABAK, Fanny.[Org.] *Ideologias - Populismo*. RJ, Eldorado, 1973.

TORREÃO, Rita C. M. *A greve nasce na fábrica - metalúrgicos no Rio de Janeiro (1979)* Tese de Mestrado apresentada ao Dep. de Ciências Sociais da UFRJ, RJ, 1986, mimeo.

VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2 ed., SP, Paz e Terra, 1978 a

_____. *b. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências.”* in: *Boletim Informativo Bibliográfico* (3). RJ, Iuperj, 1978, pp. 09/24.

_____. *A classe operária e a abertura*. SP, Cefira, 1983.

_____. *O ocidente incompleto do PCB*. RJ, Iuperj, Série Estudos, 1988.

_____. *De um plano Collor a outro*. RJ, Revan, 1991.

WEFFORT, Francisco C.. “Origens do sindicalismo populista no Brasil - a conjuntura no após-guerra”, in: *Estudos CEBRAP*, n 4, SP, Ed. Brasileira de Ciência, Abr/Mai/Jun., 1973.

_____. *O populismo na política brasileira*, SP, Paz e Terra, 1978.

WORSLEY, Peter. “O conceito de populismo”. in: TABAK, Fanny (org.), *Ideologias/Populismo*. RJ, Eldorado, 1973.